**Quadro comparativo entre a Constituição Federal,
a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, e Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

Constituição Federal	PEC nº 89, de 2003	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	Dá nova redação aos artigos 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda do cargo, nos casos que estabelece.	Altera os arts. 93, 95, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal, para excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e para permitir a perda de cargo, por magistrados e membros do Ministério Público, na forma e nos casos que especifica.
	Art. 1º O art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º Os arts. 93, 103-B e 130-A da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:	“Art. 93.	“Art. 93.....
VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; (Redação dada pela EC nº 20/1998)	VIII-A – o ato de aposentadoria dos magistrados não terá caráter disciplinar;	VI – a aposentadoria dos magistrados, que não terá caráter disciplinar, e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;
VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela EC nº 45/2004.)	VIII - o ato de remoção e disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;	VIII – o ato de remoção ou de suspensão não remunerada do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;” (NR)
Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:		“Art. 103-B.
§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:		§ 4º
III receber e conhecer das reclamações contra		III - receber e conhecer das reclamações contra

**Quadro comparativo entre a Constituição Federal,
a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, e Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

Constituição Federal	PEC nº 89, de 2003	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
<p>membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;</p> <p>.....</p>		<p>membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção e a suspensão, bem como aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;</p> <p>.....” (NR)</p>
<p>Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:</p>		<p>“Art. 130-A.</p> <p>.....</p>
<p>§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:</p>		<p>§ 2º</p> <p>.....</p>
<p>III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;</p>		<p>III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção e a suspensão, bem como aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa. (NR)”</p>
	<p>Art. 2º O art. 95 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p>	<p>Art. 2º Os arts. 95 e 128 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:</p>
<p>Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:</p>	<p>Art. 95.</p> <p>.....</p>	<p>“Art. 95.</p>

**Quadro comparativo entre a Constituição Federal,
a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, e Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

Constituição Federal	PEC nº 89, de 2003	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;		I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 2 (dois) anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de decisão judicial transitada em julgado ou de deliberação adotada na forma do § 2º deste artigo.
Parágrafo único. Aos juízes é vedado:		§ 1º.....
	§ 2º O juiz também perderá o cargo por decisão do tribunal a que estiver vinculado, tomada pelo voto de dois terços de seus membros, nos casos de: I – infração do disposto no parágrafo anterior; II - procedimento incompatível com o decoro de suas funções; III – recebimento de auxílio ou contribuições de pessoas ou entidades, ressalvadas as exceções previstas em lei. (NR)”	§ 2º O juiz vitalício perderá o cargo por decisão do tribunal a que estiver vinculado, tomada pelo voto de dois terços de seus membros, nos casos de infração ao disposto nos incisos I a IV do § 1º deste artigo ou de procedimento incompatível com o decoro de suas funções. (NR)”
Art. 128. O Ministério Público abrange:		“Art. 128.
§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:		§ 5º.....
I - as seguintes garantias:		I –
a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;		a) vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão judicial transitada em julgado ou por deliberação adotada na forma do § 7º deste artigo.
§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único , V.		§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, § 1º, V.
		§ 7º O membro vitalício do Ministério Público perderá

**Quadro comparativo entre a Constituição Federal,
a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, e Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

Constituição Federal	PEC nº 89, de 2003	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
		o cargo por decisão do Conselho Superior da instituição a que estiver vinculado, tomada pelo voto de dois terços de seus membros, nos casos de infração ao disposto no inciso II do § 5º deste artigo ou de procedimento incompatível com o decoro de suas funções. (NR)”
		Art. 3º As alterações promovidas no texto constitucional pelo art. 2º desta Emenda não se aplicam aos magistrados e membros do Ministério Público vitalícios à época de sua promulgação.
	Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 4º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.